

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9243 | Salvador, quarta-feira, 21.01.2026

Presidente em exercício Elder Perez



SISTEMA FINANCEIRO



Quando a usura nega a civilidade

Da forma como funciona, com extrema concentração da riqueza, sem a menor responsabilidade social, cobrança de juros extorsivos, superexploração da sociedade e dos trabalhadores, o sistema financeiro tem se tornado

cada vez mais incompatível com a democracia e a civilidade. Mesmo com lucros bilionários sempre crescentes, os bancos fecham agências, demitem e negam os mais elementares serviços bancários às camadas da população mais vulneráveis.

Página 3

Selic em 15% é crime ultraliberal

Página 2

O racismo começa cedo, nas escolas

Página 4



Selic em 15% é sabotagem. Óbvio ululante

Juros altos são trama ultraliberal contra o Brasil e os brasileiros

ITANA OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

ESPECIALISTAS afirmam não haver necessidade de a taxa Selic permanecer em patamares tão elevados (15%) e alegam que os dados da economia brasileira reforçam tal entendimento. Os juros altos afetam diretamente famílias de baixa renda e empresas, ao encarecer o crédito, frear investimentos e dificultar a recuperação econômica.

Pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostra que, de cada dez empresas industriais, oito enfrentam dificuldades para obter crédito, apontando os juros elevados como o principal obstáculo.

Entre os empresários que tiveram problemas para acessar crédito de curto ou médio prazo, até cinco anos, 80% deles citaram o custo dos juros como o maior entrave, seguido pela exigência de garantias reais, como imóveis ou máquinas, mencionada por 32%, e pela falta de linhas de crédito adequadas, apontada por 17%.

As restrições atingem empresas de todos os portes. Quase um terço das que buscaram crédito de longo prazo não obteve sucesso, enquanto cerca de 20% das que tentaram crédito de curto ou médio prazo também não conseguiram. No curto e médio prazo, 26% das empresas médias, 21% das pequenas e 16% das grandes não tiveram acesso ao crédito. No longo prazo, o índice sobe para 43% entre médias empresas, 37% entre pequenas e 27% entre grandes.

A sondagem ouviu 1.789 empresas industriais e reforça que a manutenção de juros elevados segue como um dos principais entraves ao financiamento e ao desenvolvimento da economia real.

A RETOMADA da política de valorização do salário mínimo, conduzida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recoloca no centro do projeto nacional a defesa da renda e das condições de vida da classe trabalhadora.

A medida assegura que o piso nacional tenha reajustes acima da inflação, acompanhando o crescimento da economia e garantindo ganhos reais.

Escala 6x1 escraviza o trabalhador. É desumana

A ESCALA 6x1 é o regime de trabalho que mais concentra excesso de jornada e amplia riscos trabalhistas. Dados da VR, empresa de soluções para trabalhadores e empregadores, evidenciam um cenário de sobrecarga, que corrobora a necessidade de pôr fim ao modelo.

Até outubro de 2025, as empresas analisadas acumularam cerca de 136 milhões de horas extras, geradas por mais de 1 milhão de trabalhadores formais que registram ponto por meio do SuperApp VR e de outros sistemas. A maioria associada à escala 6x1.

A pesquisa mostra 29% dos casos de excesso moderado, com jornadas entre 44 e 54 horas semanais; 41,9% dos regis-

tos de excesso significativo, entre 54 e 64 horas; 19,6% de excesso extremo, com mais de 64 horas semanais.

Especialistas apontam que jornadas prolongadas elevam o risco de acidentes, adoecimento ocupacional, afastamentos e passivos trabalhistas, custos que recaem tanto sobre os trabalhadores quanto sobre as próprias empresas e o sistema público de saúde.

O cenário ganha ainda mais relevância com a atualização da NR-1 (Norma Regulamentadora nº 1), que entra em vigor em maio de 2026. A nova redação amplia a responsabilidade das empresas na GRO (Gestão de Riscos Ocupacionais), incluindo de forma mais explícita.



Em todo o Brasil, crescem as manifestações contra a desumana escala 6x1

Valorização do salário mínimo

Essa política, construída a partir do diálogo com o movimento sindical ainda nos primeiros governos Lula, foi responsável por uma transformação profunda no país. Durante os períodos em que esteve em vigor, o salário mínimo ganhou poder de compra, ajudou a reduzir desigualdades e fortaleceu o mercado interno. Já nos anos em que foi abandonada, o resultado

foi o enfraquecimento da renda e o aumento das dificuldades para milhões de famílias.

Sem a política de valorização, o salário mínimo atual seria de apenas R\$ 830,00.

Ao garantir aumentos reais, o governo Lula reforça um modelo de desenvolvimento baseado na inclusão social. Mais renda significa mais consumo, mais atividade econômica e empregos.

O caso Master é a cara do ultroliberalismo

MAIS uma evidência das bandalheiras que predominam no sistema financeiro. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o caso envolvendo o Banco Master pode se configurar como a maior fraude bancária da história do Brasil.

A declaração reforça a gravidade das investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Compliance Zero, que apura um amplo esquema de irregularidades financeiras e emissão de títulos sem lastro.

O caso evidencia falhas graves na fiscalização do sistema financeiro pelo Banco Central, especialmente na gestão do bolsonarista Roberto Campos Neto, e acende um alerta sobre os riscos à economia e os prejuízos para a população.

O Sindicato dos Bancários da Bahia defende rigor na apuração, punição aos responsáveis e fortalecimento dos mecanismos de controle, para evitar que fraudes desta magnitude voltem a ameaçar a ordem econômica nacional.

Bancos lucram com clientes na sofrência

Serviços precários, apesar dos lucros bilionários. Usura

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

CONTRADIÇÃO é uma palavra que define bem o sistema financeiro. Um dos setores mais lucrativos e poderosos da economia nacional também é excludente e perverso. Com dinheiro a perder de vista, à custa da exploração, é claro, tem como prioridade o

corte de gastos.

O setor eliminou, no ano passado, cerca de 8,8 mil postos de trabalho, apesar da criação de vagas no restante da economia formal. No Itaú, cerca de 3.254 empregos foram cortados em 12 meses e 287 agências físicas encerraram as atividades. Em contrapartida, o banco registrou lucro líquido gerencial de mais de R\$ 34 bilhões nos nove primeiros meses de 2025.

A tendência se repete em outras empresas. No Santander, em 12 meses encerrados em se-

tembro, 3.288 postos de trabalho deixaram de existir, 2.171 apenas entre julho e setembro. O lucro, no entanto, chegou a R\$ 11,529 bilhões.

O Bradesco também obteve lucratividade invejável, de R\$ 18,1 bilhões em nove meses, com uma ofensiva nas demissões. Nos últimos cinco anos, o banco demitiu mais de 25 mil funcionários e fechou mais de 2 mil agências em todo o país.

Longe de ser crise econômica, a postura dos bancos visa apenas ampliar a robustez dos lucros, através do desmonte de estruturas humanas e físicas. O impacto é grande.

Evidentemente, muitos bancários perdem o emprego, já entre os que ficam nas agências não faltam relatos de pressão por metas, que resultam em sofrimento e adoecimento. Para os clientes, sobretudo os idosos e moradores de municípios menores, o fechamento de agências significa perda de um direito básico de atendimento e a expulsão de um serviço essencial.



Com a liberdade da democracia social, cresce a mobilização do trabalhador

Greve, a força que mobiliza os trabalhadores

DADOS do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) apontam que o número de greves no primeiro semestre do ano passado cresceu 16% se comparado a 2024. No total, 536 paralisações foram registradas, somando quase 18 mil horas paradas. Diferente do comum, as greves no âmbito privado (282) superaram as do funcionalismo público (219). Para empresas estatais, o número foi de 34.

A informação pode ser vista por variados ângulos. O mais evidente é a necessidade de melhores condições de trabalho e salários para trabalhadores

brasileiros. Por outro lado, no entanto, os índices mostram o empenho na reivindicação por parte da classe, especialmente diante da crescente onda de ataques da extrema direita à democracia, desde o governo de Jair Bolsonaro.

No funcionalismo público, 63% das greves exigiam melhores salários. Já na esfera privada, os funcionários precisam cobrar o cumprimento de direitos já garantidos, como de pagamentos sem atraso, razão de 41% das paralisações.

Em contraste, esta reivindicação apareceu em apenas 6% das greves nas estatais e em 7% no serviço público.



O bê-á-bá do racismo

Pesquisa expõe os primórdios do preconceito racial

CAMILLY OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

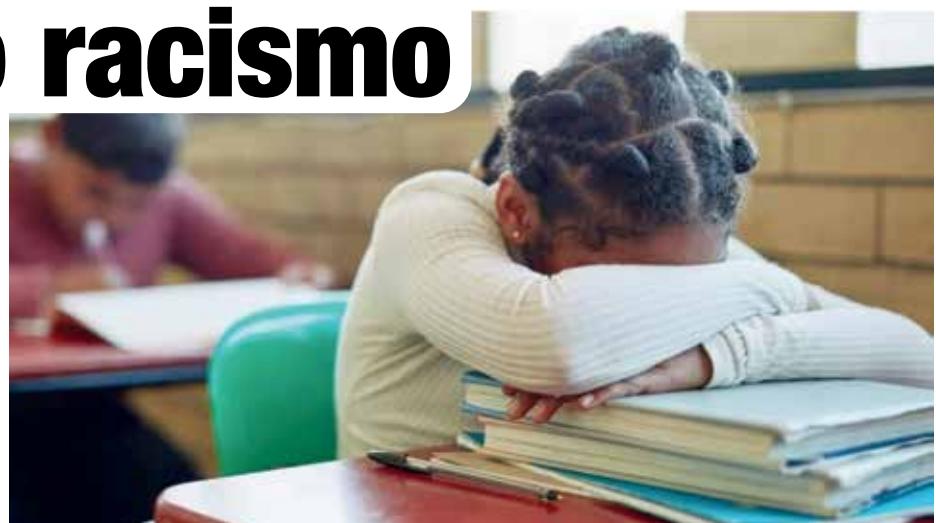
O RACISMO no Brasil começa cedo, antes mesmo de a criança aprender a falar. Creches e pré-escolas, que deveriam acolher e proteger, se tornam espaços de exclusão e dor para muitos jovens negros. O país falha em garantir o básico, uma educação que respeite as diferenças e proteja o desenvolvimento infantil.

A pesquisa *Panorama da Primeira Infância: o impacto do racismo*, realizada pelo Datafolha a pedido da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, re-

velou que uma em cada seis crianças de até seis anos já foi vítima de racismo, principalmente dentro das escolas.

O racismo na primeira infância interfere no desenvolvimento emocional e cognitivo, distorce a percepção de identidade e destrói o senso de pertencimento. Crianças negras aprendem cedo a se defender, enquanto as brancas crescem sem compreender os privilégios que carregam. O resultado é uma sociedade que repete o mesmo padrão de desigualdade e exclusão.

Mesmo com a Lei 10.639/2003, que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira, o



país ignora a responsabilidade. Escolas continuam sem preparo, professores seguem sem formação antirracista e políticas públicas se perdem entre discursos

vazios e promessas que não se efetivam. O racismo infantil revela que o preconceito não nasce com as crianças, mas com os adultos que as educam.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

ANTÍDOTOS BRICS Trump insiste no convite para que dois presidentes de países influentes do Brics participem do Conselho da Paz de Gaza. Se houver aceitação, as atuações de Lula (Brasil) e Putin (Rússia) estarão, evidentemente, pautadas nos dois princípios vitais para o bloco que são o multilateralismo e a autodeterminação dos povos, antídotos ao imperialismo e ao sionismo.

CROCODILO TRUMP O convite de Trump para Lula integrar o Conselho da Paz de Gaza segue o estilo Amigo da Onça, personagem da poderosa revista O Cruzeiro, em meados do século passado, famoso por só agir na trairagem. Coloca o presidente brasileiro em sinuca de bico, exige habilidade na decisão, a fim de não causar embaraços geopolíticos e, internamente, problemas eleitorais.

FALTAM DETALHES Uma avaliação mais apurada da conveniência geopolítica de Lula participar do Conselho da Paz em Gaza requer saber qual o grau de protagonismo que lhe será reservado. Terá acesso a informações essenciais? Qual será o poder de influência nas decisões? Netanyahu, o tirano sionista de Israel, é muito mais raivoso contra o presidente brasileiro do que Trump. O sionismo é puro ódio.

ALIMENTA OPOSIÇÃO Os ministros do STF, especialmente os garantistas, precisam pressionar Dias Toffoli para deixar o caso Banco Master. O que se sabe e tem sido divulgado para a sociedade são suficientes para afastá-lo da relatoria, a fim de não colocar em dúvida toda a investigação da Polícia Federal. Ele nem deveria participar do processo, ser relator é um absurdo. Só alimenta a direitona, política e eleitoralmente.

PARA RECORDAR Vale lembrar que Dias Toffoli, hoje em bananado no escândalo do Banco Master, foi indicado por Lula em 2009 e presidiu o STF de 2018 a 2020, período quando foi agradável com Bolsonaro, bem tolerante com os crimes bolsonaristas e em 2019 proibiu o então ex-presidente de deixar a PF, onde estava preso, em Curitiba, para ir ao velório do irmão Vavá, em São Paulo. Cada um que julgue.



Campanha Fica Gamboa

HÁ SEIS meses, o Teatro Gamboa enfrenta um processo decisivo para o futuro de sua história. O imóvel onde funciona foi colocado à venda e os proprietários concederam preferência à associação responsável pela gestão do espaço há mais de 10 anos.

Sem o aporte financeiro necessário para a compra, artistas, produtores e trabalhadores da cultura lançaram a campanha *Fica Gamboa*, que busca arrecadar R\$ 500 mil para a compra e reforma do prédio, localizado no Centro de Salvador.

A campanha acontece pela

plataforma www.cartase.me/ficagamboa conta com o apoio de diversos artistas que reconhecem a importância histórica do teatro. Nomes como Gilberto Gil e Tiganá Santana participaram das mobilizações, além do apoio fundamental da TVE.

O Teatro, que existe desde 1974, é referência para a cena artística nacional ao longo de mais de cinco décadas. Hoje, é mantido por uma associação formada por artistas, produtores e técnicos culturais que acolhem, programam e garantem o teatro como território de resistência cultural.